

MILHO

Grupo inicia estudos para aumentar plantio

Secretaria quer ver a área cultivada crescer 13% para reduzir o déficit na oferta do grão no Rio Grande do Sul

O secretário da Agricultura, Pecuária e Irrigação, Ernani Polo, propôs a meta de aumentar em 13% a área cultivada com milho no Rio Grande do Sul em reunião com representantes de toda a cadeia produtiva e consumidora do grão, ontem, em Porto Alegre. Inspirada no modelo que está sendo implantado pela Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, a iniciativa prevê a criação de um pacote de insumos – sementes, custos e seguro agrícola estariam incluídos –, subsidiado pela indústria e cerealistas, e o estabelecimento de um preço futuro para o grão. O produtor

contrataria o pacote e pagaria com a colheita. “Criamos um grupo de trabalho que vai se reunir novamente sexta-feira para dar andamento à discussão, já em nível técnico, de como implementar o modelo. Foi uma proposta que animou os entes ligados à cadeia produtiva”, comentou Polo. “Isso deve amenizar o déficit de milho que o Estado vem enfrentando nos últimos anos”, previu.

O secretário destacou que o programa realça o papel do milho na rotação das culturas e no melhoramento do solo. Segundo Polo, é preciso criar uma alternativa para equilibrar o setor com incentivo à produção de milho, ao aumento da área plantada e ao abastecimento do grão para quem precisa.

O presidente da Fecoagro, Paulo Pires, afirma que as últimas duas safras gaúchas de milho registraram um volume pouco maior que 5 milhões de tone-

ladas cada, sendo que a estimativa de consumo do grão no Estado está entre 6 e 7 milhões de toneladas, com um déficit anual de cerca de 1,5 milhão de toneladas. “A cadeia do milho no Estado é importantíssima, pois está ligada às produções de leite e carnes. Tivemos o primeiro contato com a proposta, que deve propiciar um crescimento conjunto de todo o setor”, comentou Pires. O dirigente ressalta, entretanto, que é importante manter um preço atrativo ao produtor, ou este terá todo o direito de direcionar sua colheita à exportação.

O presidente da Associação Gaúcha de Avicultura (Asgav), Nestor Freiberger, elogiou a iniciativa da Secretaria de Agricultura. “É necessário aumentar a área plantada e a produtividade. Além disso, é importante para o Estado manter o milho aqui dentro, o que vai ampliar significativamente o recolhimento do ICMS”, avalia.

AFTOSA

Novo prazo é questionado

A Associação dos Fiscais Agropecuários do Rio Grande do Sul (Afagro) vai questionar a prorrogação da campanha da vacinação contra a febre aftosa no Estado, autorizada dia 31 de maio pelo Ministério da Agricultura (Mapa) a pedido da Secretaria de Agricultura (Seapi). Na avaliação da presidente da entidade, Ângela Antunes, a decisão era desnecessária e foi tomada sem o aval dos técnicos. Para reforçar o argumento, os fiscais destacam que foram imunizados 10,8 milhões de animais, correspondentes a 78% do rebanho, que tem 13,9 milhões de cabeças, até 1º de junho. No ano passado esse índice, na mesma data, foi de 76%, e não houve prorrogação. “Nosso trabalho fica à mercê de interesses que na-

da têm a ver com a sanidade do rebanho”, lamentou Ângela.

A articulação foi da Farsul, que fez contatos em Brasília para viabilizar a prorrogação do prazo até o dia 17 de junho. O consultor da entidade, Luiz Alberto Pitta Pinheiro, disse que “a situação conjuntural” é o que justifica a necessidade, referindo-se às condições climáticas ocorridas especialmente na metade Sul, onde houve dificuldades de acesso a muitas propriedades por causa das chuvas de abril, que prejudicaram as estradas. “Precisamos ter sensibilidade e respeitar a condição de dificuldade dos produtores”, explica o secretário da Agricultura, Ernani Polo, destacando que a demanda também foi apresentada por prefeitos.

MAPA/RS

PP promete nome técnico

O Ministério da Agricultura (Mapa) deve anunciar na próxima semana o nome de um fiscal federal agropecuário para o cargo de superintendente da pasta no Rio Grande do Sul. A indicação seria da bancada do Partido Progressista (PP), que optou por acatar o pedido dos servidores e promete colocar na função um técnico lotado na superintendência estadual. “Não vamos fazer uma indicação política, vamos respeitar a lista triplíce”, afirmou o deputado Luis Carlos Heinze, referindo-se aos nomes sugeridos pelo Sindicato Nacio-

nal dos Fiscais Federais Agropecuários no RS (Anffa). Por meio de uma votação feita pela categoria, a entidade indicou: Roberto Schroeder, José Fernando Werlang e José Luiz Castilhos. Segundo Heinze, a bancada do PP vai escolher, entre os três, quem será o superintendente e o adjunto. A decisão final será do ministro Blairo Maggi. “É a realização de um sonho, lutamos muito para colocar um fiscal à frente da superintendência”, disse a delegada sindical da Anffa no RS, Consuelo Paixão Côrtes.

PESTE SUÍNA CLÁSSICA

Brasil amplia sua zona livre

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) reconheceu mais 14 Estados brasileiros e o Distrito Federal como zonas livres da peste suína clássica. O status foi aprovado durante a 84ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da instituição, em Paris. “Com essa decisão, teremos facilidade em ampliar nosso mercado de maneira segura”, comemorou o diretor do Departamento de Saúde Animal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abaste-

cimento (Mapa), Guilherme Marques, que participou da reunião na França, realizada na semana passada.

Além do Distrito Federal, foram reconhecidos os Estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe, Tocantins e parte do Amazonas. Até agora, somente o Rio Grande do Sul e Santa Catarina contavam com o certificado da OIE.

Publicações Legais

anuncie: anuncios@correiodopovo.com.br | ☎ (51) 3216.1620

TBC COMERCIAL DE CALÇADOS LTDA. - JOÃO PAULO LANGHANZ E VANESSA RUSCHEL DOS SANTOS LANGHANZ - #Rua Carlos Silveira Martins Pacheco, 10 sala 306 - CEP: 91.350-300 - Porto Alegre/RS

Assunto: Intimação de devedor fiduciante - Processo: D 2015 09 595
Eu, JOSÉ ALEXANDRE R. DA CUNHA, na qualidade de Registrador Substituto do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre/RS, atendendo ao requerimento da credora-fiduciária, datado de 15 de setembro de 2015, protocolado sob o nº 702035 em 15 de setembro de 2015 venho pela presente, com fulcro no Art. 26 da Lei 9.514/97, proceder esta **INTIMAÇÃO** para que vossa (s) senhoria (s) satisfaçam as prestações/encargos vencidos, originários da cédula de crédito imobiliário nº 761/5984511 firmado em 26/07/2012, registrado sob R.19 das matrículas 102858 e 102881 deste Serviço, referente aos imóveis situados na Av. Panamericana, 972, Ap. 306 e Box 22, Bairro Jardim Lindóia, PORTO ALEGRE/RS. Informo ainda, que o valor destes encargos importa em R\$58.925,43 (cinquenta e oito mil, novecentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos), correspondente às parcelas que se encontram em atraso, atualizados até 07/04/2016, **sujeito à atualização monetária, aos juros de mora até a data do efetivo pagamento e às despesas de cobrança, somando-se também, as demais prestações que vencerem até a data do efetivo pagamento e demais cominações contidas no parágrafo primeiro do artigo 26 da Lei 9514/97.** Assim, solicito que o(s) senhor (es) se dirijam a este Serviço de Registro de Imóveis à Rua Washington Luiz, 580, 1º andar, telefones 51.32213944 e 32261975 email contato@quartazona.com.br - onde deverão efetuar a purga do débito acima discriminado, no prazo improrrogável de **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento deste. Na oportunidade, ficam os senhores cientes de que o não cumprimento da referida obrigação no prazo ora estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária - **BANCO BRADESCO S.A.**, nos termos do Art.26 § 7º da Lei 9.514/97. Caso já tenham efetuado o pagamento do débito antes do recebimento da presente notificação, gentileza desconsiderá-la, para todos os fins de direito. Porto Alegre, 14 de abril de 2016. **José Alexandre R. da Cunha (Registrador Substituto).**

*COTAÇÕES

SOJA GRÃO - BOLSA DE CHICAGO US\$ BUSHEL

01/Jun/16	Varição	Fechamento
Jul/16	+0,21¼	10,99½
Ago/16	+0,19	10,95½
Set/16	+0,14¼	10,79
Nov/16	+0,12¾	10,68½
Jan/17	+0,11½	10,64½
Mar/17	+0,08½	10,39¾
Mai/17	+0,06	10,33¾

BOVINO GORDO EM PÉ/KG

Semana de 30/Mai/16 a 03/Jun/2016

	Boi	Vaca
Mínimo	R\$ 5,00	R\$ 4,50
Médio (*)	R\$ 5,33	R\$ 4,73
Máximo	R\$ 5,80	R\$ 5,00

(*) Média ponderada obtida entre as praças consultadas
Fonte: Emater

CRUZ ALTA AMANHÃ - SEXTA - 15h

800 BOVINOS
400 Terneiros
300 Terneiras
100 Vacas tocadas e vazias
Animais da raça Braford
Estância da Palma

55 3322 6640 - 9113 1300

cambará
Remates de Qualidade
www.cambararemates.com.br

TERNEIRÃO DO ALEGRETE
Parque do Sindicato Rural
1100 TERNEIROS E TERNEIRAS
02 de junho - 5ª-feira - 18 h
Financiamentos Bancários
ARAGENDA
REMATES DE QUALIDADE
(55)3422-4664/4457 agendaremates.com.br
Sindicato Rural de Alegrete
(55) 3422.4577

COMUNICAÇÃO DE INTERESSE NA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - TERRENO EM PORTO ALEGRE

A Autarquia Federal do Rio Grande do Sul torna público que pretende adquirir imóvel no município de Porto Alegre para nele abrigar sua sede administrativa. Os eventuais interessados devem encaminhar suas propostas até as 17 horas do dia 30 de junho de 2016.

A proposta de venda deverá contemplar os seguintes requisitos:

1. Terreno com área contínua, mínimo de 2.300m²;
2. Disponibilidade de ocupação imediata a partir da conclusão do processo de aquisição;
3. Ausência de ações reais ou pessoais reipersecutórias e embargos jurídicos;
4. Matrícula atualizada do imóvel;
5. Negativas trabalhistas/judiciais;
6. Localização em área mais estruturada do município de Porto Alegre, dentro da Macrozona 1, assim definida pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre - PDDUA (LC 434/99, atualizada e compilada até a LC 667/11, incluindo a LC 646/10);
7. Situação próxima ou em vias Arteriais de 1º Nível conforme PDDUA, vias estas estruturadoras do território municipal e de integração com a Região Metropolitana de Porto Alegre, com fácil acessibilidade ao transporte coletivo e individual;
8. Região com infraestrutura urbana;
9. O terreno deverá apresentar plenas condições de aproveitamento do potencial construtivo definido pelo PDDUA, sem impedimentos administrativos, como áreas não edificadas, limitações de altura definidas pelo 5º COMAR, entre outros;
10. Testada mínima de 34 metros;
11. O terreno não poderá conter massa verde a ser preservada;
12. A área não pode ter sido utilizada como posto de combustível ou lavagem de automóveis, ou qualquer outro passivo ambiental;
13. Proposta com validade de 30 dias.

Observações:

- A referida proposta deve ser remetida em envelope lacrado, contendo assunto oferta de Imóvel Urbano terreno em Porto Alegre ao Gabinete da Presidência do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, sito à Rua Dona Laura, 320, 15º Andar, Porto Alegre/RS, CEP 90430-090;
- Os honorários de corretagem (comissão) deverão ser pagos pelo vendedor, se for o caso, ao corretor de imóveis que intermediou a negociação;
- A oferta deverá ser assinada pelo proprietário do imóvel ou seu representante legal devidamente qualificado, com o comprovante anexo à oferta;
- No caso de pessoa física, deverá a proposta estar acompanhada da cópia de cédula de identidade e do CPF;
- No caso de pessoa jurídica, a proposta deverá ser acompanhada de cópia do comprovante de inscrição e de situação cadastral no CNPJ, do contrato social e/ou atos constitutivos, atualizados e registrados no órgão competente, e da cédula de identidade e CPF de seu representante legal;
- Caso a proposta seja assinada por intermediário, esta deverá estar acompanhada de cópia simples da carteira profissional do corretor de imóvel e da autorização fornecida pelo proprietário;
- Ficam todos cientes que a apresentação de proposta não obriga as partes, em absoluto, à conclusão do negócio.

CAU/RS
Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul